

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, SEXTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2026 EDIÇÃO Nº 63 | ANO 9 | 7.500 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Diretoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

EDUARDO MAIA / ALRN



ALRN RECEBE TROFÉU DO PRÊMIO DA UNALE

Págs. 2 e 3 - Legis Vídeos, desenvolvido pelos servidores da Assembleia, venceu na categoria Gestão; plataforma amplia transparência e acesso às atividades do Legislativo potiguar

TECNOLOGIA. 4 E 5

ALRN consolida liderança com expansão do e-Legis

ESPECIALIZAÇÃO. 10 E 11

Assembleia viabiliza curso para profissionais da segurança

DUPLA VACÂNCIA. 12 E 13

Casa aprova regras para eleição indireta ao Governo do Estado

ALRN recebe troféu do Prêmio Assembleia Cidadã da Unale pelo projeto Legis Vídeos

JOÃO GILBERTO / ALRN

Premiação na categoria Gestão reconhece iniciativa que amplia transparência e acesso às atividades legislativas

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte recebeu, nesta quinta-feira 12, o troféu do Prêmio Assembleia Cidadã, concedido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), pelo projeto Legis Vídeos, vencedor na categoria Gestão. A entrega foi realizada na sede do Legislativo potiguar, em Natal, com a presença do presidente da Unale, deputado Vilmar Zanchin (MDB-RS), além de parlamentares e dirigentes da entidade.

Com o reconhecimento, a Assembleia potiguar alcança o quinto prêmio da Unale em seis edições da premiação nacional. O projeto vencedor foi desenvolvido integralmente por profissionais da Diretoria de Gestão Tecnológica da Casa.

O presidente da Assembleia Legislativa potiguar, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), afirmou que a premiação reconhece o trabalho desenvolvido pelo Legislativo estadual.

“A conquista do prêmio fortalece o protagonismo da Casa em inovações na gestão e no desenvolvimento de soluções tecnológicas que têm colaborado para a melhoria do trabalho dos parlamentares no Rio Grande do Norte e em outros estados no Brasil”, disse.

Ezequiel Ferreira destacou o significado da premiação para a instituição. “Hoje é um dia especial para todos que fazem a Assembleia Legislativa do Rio Gran-



Autoridades e servidores participam da cerimônia de entrega do Prêmio Assembleia Cidadã à Assembleia Legislativa do RN, reconhecida pelo Legis Vídeos

de do Norte. Receber o prêmio nacional da Unale é sempre motivo de orgulho para todos nós, deputados estaduais e servidores do Legislativo norte-rio-grandense. Mas confesso que este momento tem um sabor ainda mais especial, porque este é o quinto prêmio que esta Casa recebe”, afirmou.

Ele também ressaltou que o reconhecimento é resultado do trabalho coletivo do Legislativo estadual. “Mas este prêmio não pertence a uma pessoa, ele pertence a um time, e esse time são todos que fazem a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Pertence aos servidores desta Casa, profissionais que trabalham todos os dias com dedicação, competência e espírito público”, declarou.



Presidente da ALRN, Ezequiel Ferreira recebe o troféu de premiação nacional

“Mas este prêmio não pertence a uma pessoa, ele pertence a um time, e esse time são todos que fazem a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Pertence aos servidores desta Casa, profissionais que trabalham todos os dias com dedicação, competência e espírito público”

Ezequiel Ferreira
Presidente da ALRN



Representantes da Unale participaram da entrega do prêmio, entre eles o presidente da entidade, Vilmar Zanchin, o vice-presidente da região Nordeste, Sérgio Aguiar, e a secretária-geral, Tia Ju

Ainda segundo o presidente da Assembleia, a premiação também reforça o compromisso institucional com o serviço público. “Recebemos este prêmio com alegria, mas também com muita responsabilidade, porque ele não reconhece apenas o que já foi feito. Ele nos lembra do compromisso que temos também com o futuro”, disse.

O presidente da Unale, Vilmar Zanchin, destacou que a premiação reconhece iniciativas que aproximam o Parlamento da sociedade. “Nós estamos muito felizes em estar aqui no Rio Grande do Norte, entregando pela quinta vez o prêmio Assembleia Cidadã, premiação essa instituída pela Unale, e que reconhece as boas iniciativas que melhoram a relação do Parlamento com o cidadão”, afirmou.

Segundo ele, o projeto vencedor organiza as atividades parlamentares em uma plataforma digital acessível ao público. “Hoje entregamos então esse troféu em reconheci-

mento a esta bela iniciativa, que faz uma compilação de todas as ações da Assembleia e que fica disponível numa plataforma digital para que possa ser consultada pelos servidores da Casa, mas principalmente pelo cidadão”, disse.

Zanchin também avaliou que o resultado pode incentivar outras assembleias a desenvolver projetos semelhantes. “Isso tem que ser motivo de provocação no bom sentido, para que outras Assembleias também tomem iniciativas e que possam concorrer a esse nosso prêmio”, declarou.

O vice-presidente da região Nordeste da Unale, deputado Sérgio Aguiar (PSB-CE), ressaltou o histórico de premiações do Legislativo potiguar. “Vimos aqui no Rio Grande do Sul bater palmas para o Rio Grande do Norte. Uma demonstração de que o Brasil é plural e que todos nós temos sempre essa capacidade de empreender e de mostrar as vitórias e os êxitos que nós temos”, afirmou.

Ele também destacou o de-

sempenho da Assembleia do RN na premiação. “Digo isso por quê? Porque falo aqui no solo potiguar, onde a Assembleia Legislativa de seis vezes foi premiada em cinco, mostrando a posição de vanguarda que a Assembleia tem”, disse.

A secretária-geral da Unale, deputada Tia Ju (Republicanos), afirmou que o projeto amplia a transparência das atividades parlamentares. “Hoje realizamos a entrega do Prêmio Assembleia Cidadã da Unale na categoria Gestão do projeto Legis Vídeos. Uma iniciativa que

demonstra de forma concreta como a inovação pode fortalecer a transparência e aproximar o parlamento da sociedade”, declarou.

Segundo ela, o sistema também evidencia a capacidade técnica dos servidores da Assembleia. “Esse projeto foi desenvolvido integralmente por profissionais da própria Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Isso valoriza o corpo técnico desta Casa”, disse.

O diretor de Gestão Tecnológica da Assembleia, Mário Sérgio Gurgel, afirmou que o reco-

nhecimento reflete o trabalho da equipe de tecnologia da instituição. “Nosso quarto prêmio de gestão na área de tecnologia. Isso reflete exatamente o compromisso da equipe de TI da Casa com as necessidades da Assembleia”, afirmou.

Ele explicou que os sistemas desenvolvidos pela equipe buscam atender demandas internas do Legislativo. “Nós não desenvolvemos sistemas para ganhar prêmio da Unale. Nós desenvolvemos sistemas para atender as necessidades da Casa”, disse.

Plataforma organiza conteúdos audiovisuais

O Legis Vídeos, vencedor do prêmio em 2025, organiza e disponibiliza conteúdos audiovisuais das atividades parlamentares, como sessões plenárias e audiências públicas.

A plataforma permite a busca por parlamentar, tema ou data e oferece a possibilidade de recorte de trechos em vídeo

ou áudio para compartilhamento.

Na versão mais recente, o sistema passou a incorporar recursos de inteligência artificial, incluindo transcrição automática e geração de atas em tempo real. A ferramenta também permite localizar vídeos a partir de palavras-

chave mencionadas durante as sessões.

De acordo com a Diretoria de Gestão Tecnológica da Assembleia, o sistema já vem sendo adotado por câmaras municipais e outras assembleias legislativas, por meio de termos de cooperação para replicação da tecnologia.



Representantes de assembleias legislativas de diferentes estados visitaram a Assembleia Legislativa do RN para conhecer sistemas digitais desenvolvidos pela Casa voltados à gestão

Sistema e-Legis da ALRN fortalece presença em assembleias estaduais

Plataforma criada pela equipe técnica da Assembleia potiguar já opera no Paraná e está em implantação no Rio Grande do Sul

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) ampliou

o uso do sistema e-Legis em outros parlamentos estaduais e passou a operar, neste ano,

a plataforma Legis Vídeos na Assembleia Legislativa do Paraná. Desenvolvido integral-

mente pela equipe técnica da Casa potiguar, o sistema reúne ferramentas voltadas à or-

ganização, tramitação e transparência das atividades parlamentares.



É motivo de orgulho ver um software desenvolvido internamente pela ALRN, sem parcerias externas, ser adotado por Assembleias de grande porte no País”

Mário Sérgio Gurgel
*Diretor de Gestão
Tecnológica da ALRN*



Diretor de Gestão Tecnológica da Assembleia Legislativa do RN, Mário Sérgio Gurgel, apresenta ferramentas do e-Legis a representantes de outros estados

A implantação no Paraná começou em fevereiro. A ferramenta foi apresentada oficialmente pelo presidente da Assembleia paranaense, deputado Alexandre Curi, e passou a integrar a rotina legislativa local.

O Legis Vídeos permite acesso a vídeos, áudios, transcrições e atas de sessões plenárias e reuniões de comissões, como a Comissão de Constituição e Justiça. A plataforma utiliza recursos de inteligência artificial para facilitar buscas por data, tema, tipo de reunião ou parlamentar, além de oferecer navegação por linha do tempo interativa e a possibilidade de baixar trechos específicos.

Para o diretor de Tecnologia da Informação da Assembleia do Paraná, Carlos Luiz Albuquerque Maranhão Neto, a ferramenta “fortalece o acesso à informação e contribui diretamente para a transparência do Poder Legislativo”.

O diretor de Gestão Tecnológica da ALRN, Mário Sérgio Gurgel, afirmou que a expansão do sistema representa reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela equipe da Casa. “É motivo de orgulho ver um software desenvolvido internamente pela ALRN, sem parcerias externas, ser adotado por Assembleias de grande porte no país”, disse.

Segundo ele, o avanço foi

possível com apoio institucional da presidência da Assembleia potiguar e da direção-geral, o que permitiu a formalização de termos de cooperação técnica.

Além do Paraná, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul está em processo de implantação do sistema. A expectativa da ALRN é de que as Assembleias do Piauí e do Ceará também passem a utilizar a plataforma. No Paraná, a previsão é de expansão para outras funcionalidades do e-Legis.

O interesse pelo sistema

também motivou uma visita técnica da Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) à sede da ALRN. A comitiva foi formada pelo diretor-geral Evandro Hidd, pelo diretor de Orçamento e Finanças Frederico Carvalho e pelos diretores de Tecnologia Pedro Martins e Wagner Borges.

Durante a visita, os representantes da Alepi conheceram ferramentas como o Legis Vídeos e o Legis Plenário, sistema voltado à digitalização e integração de procedimentos como registro de pre-

sença e votação eletrônica. Também foram apresentados recursos destinados à tramitação eletrônica de matérias legislativas e à gestão administrativa e de pessoal.

O diretor-geral da Alepi, Evandro Hidd, afirmou que a intenção é adaptar experiências já utilizadas no Rio Grande do Norte. “A proposta é permitir que o cidadão acompanhe de maneira mais direta o trabalho dos deputados que representam sua região, fortalecendo o controle social, a participação popular e o diá-

logo democrático”, declarou.

Para a ALRN, a troca de experiências pode resultar em nova parceria institucional com o Piauí. Mário Sérgio Gurgel afirmou que a cooperação entre Assembleias permite ampliar o uso de soluções compartilhadas. “Essa colaboração entre parlamentos estaduais contribui significativamente para o fortalecimento institucional e a construção de soluções compartilhadas, elevando o padrão de gestão pública em todo o país”, disse.

RN alcança 55 Procuradorias Municipais da Mulher e planeja expansão em 2026

Ações de capacitação, projetos de autonomia econômica e atendimento pelo ZapMulher marcaram atuação da ProMulher

A Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ProMulher/ALRN) ampliou para 55 o número de Procuradorias Municipais da Mulher no estado. A expansão ocorreu ao longo de 2025, quando foram criadas 40 unidades, mais que dobrando a quantidade de procuradorias existentes. A iniciativa integra o processo de interiorização da rede de atendimento às mulheres e busca ampliar o acolhimento, a orientação e o encaminhamento de casos de violência de gênero.

“Cada mulher presente representava um elo dessa rede que estamos construindo. Ver tantas procuradorias unidas e atuantes é a prova de que estamos no caminho certo: o da defesa de direitos e da ampliação de oportunidades”, afirmou a deputada estadual Cristiane Dantas, procuradora especial da mulher da Assembleia Legislativa.

Atualmente, as Procuradorias Municipais da Mulher estão presentes em cidades como São José de Mipibu, Angicos, Areia Branca, Alto do Rodrigues, Bodó, Jardim do Seridó, Macau, Macaíba, Mossoró, entre outros.

Com a ampliação das unidades, a ProMulher passou a concentrar esforços na qualificação das equipes que atuam nas procuradorias municipais. A proposta é alinhar procedimentos e fortalecer o atendimento às

mulheres em situação de vulnerabilidade.

“Acreditamos que este seja o caminho para que o acolhimento, o enfrentamento à violência e as políticas de autonomia feminina caminhem juntas. Além de aprimorar a atuação das procuradorias, queremos formar uma rede estadual de multiplicadoras — mulheres preparadas para compartilhar conhecimento e ampliar o trabalho em cada município”, afirmou Cristiane Dantas.

As ações educativas promovidas pela ProMulher alcançaram cerca de 1.500 pessoas em diferentes municípios por meio de palestras e rodas de conversa. Além disso, mais de 60 delegações municipais visitaram a sede da Procuradoria, em Natal, para conhecer a estrutura e receber orientações sobre a criação de procuradorias locais.

A estrutura também realizou 192 atendimentos por meio do ZapMulher, canal de atendimento via WhatsApp que inclui orientações, encaminhamentos jurídicos, acompanhamento psicossocial e solicitações de medidas protetivas.

A Procuradoria também implantou uma política de monitoramento de órgãos públicos com visitas técnicas a Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Casas da Justiça e Cidadania do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), universidades, hospitais e outras instituições que integram a rede de atendimento.

Entre as iniciativas desenvolvidas estão o programa “Entre Elas”, exibido mensalmente pela TV Assembleia, e o projeto “Procon Mulher”, realizado em parceria com o Procon da Assembleia Legislativa para orientar mulheres sobre direitos do consumidor.

Outra ação é o projeto “Re-



Deputada Cristiane Dantas é procuradora especial da mulher da Assembleia

começar com Respeito”, realizado em parceria com o Ministério Público do Rio Grande do Norte e a Ouvidoria do MP, voltado à capacitação de assistentes sociais e profissionais que atuam em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

A Procuradoria também participa do Observatório da Mulher, iniciativa em cooperação com o Senado Federal e a Câmara dos Deputados para levantamento de dados sobre violência contra a mulher e participação feminina na política no Rio Grande do Norte.

Projetos de qualificação profissional

Entre as parcerias institucionais firmadas pela ProMulher está o projeto “Mulheres que Constroem”, realizado em parceria com o Sistema Fecomércio RN, por meio do Sesc e Senac.

A ação incluiu atividades com o Instituto Vida Videira, em Natal, com cursos e oficinas de confeitaria, saúde preventiva e suporte infantil para mulheres do bairro Felipe Camarão. As atividades foram concluídas no último dia 15 e qualificaram 80 mulheres.

Outra iniciativa foi o projeto-piloto “Elas Constroem o Futuro”, desenvolvido em parceria com a Leroy Merlin, Senai e Pqe. A iniciativa preparou mulheres nas áreas de refrigeração e construção civil.

Também foi firmada parceria com a Neoenergia Coesern, que garantiu a participação de mulheres no processo seletivo da Escola de Eletricistas de Rede, realizado com apoio do SENAI-RN.

“Fortalecer as Procuradorias da Mulher e ampliar a presença feminina nos espaços de decisão significa fortalecer a democracia e garantir que as políticas públicas cheguem, de fato, à vida das mulheres. Nosso com-

promisso é continuar expandindo essa rede de proteção, levando informação, acolhimento e oportunidades para que cada mulher do Rio Grande do Norte tenha seus direitos respeitados e possa viver com dignidade e segurança”, afirmou Cristiane Dantas.

Meta para 2026

Para 2026, a ProMulher prevê ampliar a rede para 70 Procuradorias Municipais da Mulher no estado e implantar o Programa Estadual de Formação Continuada das Procuradorias Municipais.

“Nosso propósito é que cada procuradoria municipal se torne um centro de referência em atendimento, formação e articulação. O futuro é a qualificação — e o futuro do RN passa, cada vez mais, pelas mãos das mulheres”, afirmou a deputada.

Confira a entrevista com Cristiane Dantas:

O que explica o crescimento expressivo das Procuradorias Municipais da Mulher no Rio Grande do Norte em 2025, chegando a 55 unidades?

Cristiane Dantas - O crescimento das Procuradorias Municipais da Mulher no Rio Grande do Norte está diretamente relacionado ao aumento do número de violência, que se mostra crescente a cada ano. Com o acesso à informação sobre os direitos das mulheres e à ampliação do debate público sobre o enfrentamento à violência de gênero, as mulheres passam a reconhecer situações de violência e a buscar apoio e orientação. Nesse contexto, as Procuradorias surgem como estruturas institucionais importantes para acolher, orientar e encaminhar essas demandas, fortalecendo a rede de proteção e incentivando os municípios a aderirem a essa política pública.

Quais mudanças concretas essa expansão trouxe para o atendimento às mulheres nos municípios do interior?

Cristiane Dantas - A criação de novas Procuradorias representa mais uma porta de entrada para as mulheres que precisam de apoio e orientação, especialmente nos municípios do interior, onde muitas vezes o acesso à rede de proteção é mais limitado. Essas estruturas funcionam como espaços de escuta, acolhimento e encaminhamento das demandas, além de promoverem debates e iniciativas voltadas à construção de políticas públicas. Também atuam em ações de prevenção, conscientização e fortalecimento da autonomia feminina, abordando temas como saúde da mulher, educação, cidadania e independência financeira.

A interiorização das procuradorias tem sido um dos focos da ProMulher. Quais regiões do estado ainda apresentam maior necessidade de implantação dessas estruturas?

Cristiane Dantas - Hoje, as Procuradorias Municipais da Mulher já estão presentes em todas as regiões do Rio Grande do Norte, o que representa um avanço importante na interiorização dessas políticas. No entanto, algumas regiões exigem atenção especial, principalmente o Oeste potiguar e a Região Metropolitana de Natal, que concentram os maiores índices de registros de violência contra a mulher. Nessas localidades, o fortalecimento das Procuradorias e da rede de apoio é fundamental para ampliar o acolhimento e as políticas de prevenção.

Na avaliação da Procuradoria, quais são hoje os principais pontos que precisam avançar no enfrentamento à violência contra a mulher no Rio Grande do Norte?

Cristiane Dantas - Entre os principais pontos está a necessidade de ampliar a conscientização da sociedade, especialmente entre os homens, sobre o respeito e a igualdade de gênero por meio da educação e do letramento. Outro aspecto é



Atividades de formação e articulação da rede de proteção às mulheres são realizadas pela Procuradoria da Mulher

a estrutura de acolhimento no estado: atualmente, o Rio Grande do Norte conta com apenas duas casas de abrigo para mulheres em situação de risco, o que é insuficiente diante da demanda, além de existirem apenas cinco secretarias municipais da Mulher. Também é necessário avançar na redução da burocracia em alguns fluxos institucionais e investir na qualificação permanente das equipes que integram a rede de atendimento.

Programas como “Mulheres que Constroem” e “Elas Constroem o Futuro” apostam na autonomia financeira. Qual é o impacto esperado dessas iniciativas?

Cristiane Dantas - Diversos estudos apontam que muitas mulheres permanecem em relações abusivas devido à dependência econômica do agressor. Por isso, iniciativas voltadas à capacitação profissional e à geração de renda são importantes no enfrentamento à violência. Programas como “Mulheres que Constroem” e “Elas Constroem o Futuro” têm justamente esse objetivo: oferecer qualificação, ampliar oportunidades e facilitar a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Ao fortalecer a autonomia financeira, essas ações contribuem para que elas tenham mais liberdade, segurança e condições de romper o ciclo de violência.

A meta anunciada é alcançar 70 Procuradorias Muni-

pais da Mulher em 2026. Quais cidades devem receber novas unidades neste ano?

Cristiane Dantas - A implantação de novas Procuradorias Municipais da Mulher depende, inicialmente, da aprovação de resoluções ou instrumentos legais por parte das Câmaras Municipais de cada cidade. A criação dessas estruturas ocorre a partir da iniciativa e do compromisso das casas legislativas municipais em institucionalizar essa política pública. Atualmente, algumas cidades já estão em diálogo com a Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa demonstrando interesse na implantação. A definição oficial das próximas unidades ocorre após a formalização dessas resoluções.

Como funcionará o Programa Estadual de Formação Continuada para as equipes das procuradorias municipais?

Cristiane Dantas - A Procuradoria Especial da Mulher está estruturando uma plataforma de qualificação voltada às equipes que atuam nas Procuradorias Municipais da Mulher. A iniciativa prevê a oferta de conteúdos formativos por meio de videoaulas e materiais educativos que abordarão temas como orçamento público, formulação de políticas públicas, mecanismos de defesa e proteção às mulheres vítimas de violência e procedimentos de acolhimento e encaminhamento dentro da rede de apoio. Também estão previstas parcerias institucionais para ampliar ações presenciais

de capacitação nos municípios.

Quais indicadores serão utilizados para medir o impacto das políticas implementadas?

Cristiane Dantas - A avaliação das políticas desenvolvidas pela ProMulher considera dados oficiais relacionados à violência contra a mulher, como registros das Polícias Civil e Militar, que permitem identificar índices de ocorrências, regiões com maior incidência de casos e tipos de violência mais recorrentes. Também são observados indicadores como participação feminina nos espaços de decisão, expansão das Procuradorias Municipais da Mulher, número de ações de capacitação realizadas e fortalecimento da rede de atendimento nos municípios.

O aumento da presença feminina no Legislativo potiguar tem se refletido em mais políticas públicas voltadas às mulheres?

Cristiane Dantas - Sim. O aumento da presença feminina no Legislativo potiguar contribui para ampliar o debate e a construção de políticas públicas voltadas às mulheres. Quando mais mulheres ocupam espaços de decisão, temas como enfrentamento à violência de gênero, autonomia financeira, saúde da mulher e garantia de direitos passam a ter maior presença na agenda pública. Essa representatividade também estimula a criação de instrumentos institucionais, como as Procuradorias da Mulher nos municípios.

» PROCURADORIAS MUNICIPAIS DA MULHER:

- São José de Mipibu
- Angicos
- Areia Branca
- Alto do Rodrigues
- Bodó
- Jardim do Seridó
- Macau
- Macaíba
- Mossoró
- Pau dos Ferros
- Riacho da Cruz
- São Miguel
- São João do Sabugi
- Timbaúba dos Batistas
- São Miguel do Gostoso
- Espírito Santo
- São Tomé
- Várzea
- Guararé
- São Pedro
- Natal
- Acari
- Maxaranguape
- Serra Caiada
- São José de Campestre
- Pedra Grande
- Nísia Floresta
- Arês
- Caicó
- Extremoz
- Goianinha
- João Câmara
- Parnamirim
- Patu
- Pedro Avelino
- Rodolfo Fernandes
- Sítio Novo
- Serra do Mel
- Upanema
- Felipe Guerra
- Baía Formosa
- Parazinho
- Santana do Seridó
- Tibau do Sul
- Lucrécia
- Boa Saúde
- Carnaúba dos Dantas
- Jucurutu
- Currais Novos
- Grossos
- Baraúnas
- Pendências
- Umarizal
- São Gonçalo do Amarante
- Caiçara do Norte



Parlamentares instalam comissões temáticas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, responsáveis pela análise técnica dos projetos antes da votação geral em plenário

Assembleia instala comissões e define prioridades para o novo ano legislativo

Colegiados iniciam atividades com definição de calendário e análise de projetos nas áreas de saúde, cultura, educação e orçamento

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte instalou, ao longo das primeiras semanas de março, as comissões permanentes responsáveis por analisar os projetos que tramitam na Casa durante o ano legislativo de 2026. Os colegiados definiram presidentes, vice-presidentes, composição dos membros e calendário de reuniões.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), considerada uma das principais da

Assembleia por avaliar a constitucionalidade e a técnica legislativa das proposições, teve como presidente eleito por unanimidade o deputado Francisco do PT. O deputado Ubaldo Fernandes (PSDB) foi escolhido para a vice-presidência.

Durante a instalação da comissão, Francisco destacou que pretende conduzir os trabalhos com diálogo e agilidade na tramitação das matérias. “Estamos aqui para junto com os demais membros desta comissão

trabalharmos de forma o mais consensual possível, sempre na base do diálogo, estabelecendo aqui um modelo que possa dar celeridade, transparência e produtividade aos nossos trabalhos”.

Ubaldo Fernandes ressaltou a necessidade de participação constante dos parlamentares para garantir o funcionamento da comissão. “Contamos com o compromisso de todos os deputados que estão aqui no que se refere à assiduidade, seriedade

de e compromisso desta comissão que resulta em mais celeridade na tramitação dos projetos que aqui chegam”.

A reunião de instalação foi aberta pelo deputado Kleber Rodrigues (PSDB), que presidiu o colegiado em 2025 e fez um balanço da gestão. “Quero agradecer a todos pelo apoio no ano de 2025. Aqueles que estiveram comigo aqui na condução dos trabalhos. Agradecer à procuradoria da casa, a todo o corpo técnico que nos

“
Estamos aqui para junto com os demais membros desta comissão trabalharmos de forma o mais consensual possível, sempre na base do diálogo, estabelecendo aqui um modelo que possa dar celeridade, transparência e produtividade aos nossos trabalhos”

Francisco do PT
 Deputado estadual

ajudaram a fazer um excelente trabalho. Tenho certeza de que melhor do que 2025 vai ser 2026 com a presença dos deputados que estarão à frente da presidência e vice-presidência esse ano”, disse.

Além de Francisco do PT, a CCJ tem como membros titulares os deputados Coronel Azevedo (PL), Galeno Torquato (PSDB), Eudiane Macedo (PV), Kleber Rodrigues (PSDB) e Vivaldo Costa (PV). Como suplentes estão Divaneide Basílio (PT), Ivanilson Oliveira (União), Luiz Eduardo (PL), Neilton Diógenes (PP), Isolda Dantas (PT), Adjuto Dias (MDB) e Dr. Bernardo (PSDB). As reuniões do colegiado ocorrerão às terças-feiras, às 9h.

Outras comissões instaladas

Também foram instaladas a Comissão de Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública e a Comissão de Finanças e Fiscalização.

A Comissão de Administração será presidida pelo deputado Tomba Farias (PL),



Deputados participam das primeiras reuniões das comissões permanentes da ALRN, que definiram presidências e calendário de atividades para 2026

com o deputado Taveira Júnior (União) como vice-presidente. As reuniões semanais ocorrerão às quartas-feiras, às 9h. Ao assumir o cargo, Tomba afirmou que aceitou a função após entendimento entre os parlamentares. “É um ano político, com muitas dificuldades. Fizemos um apelo para que eu assumisse a presidência e eu cedi”, declarou.

Na Comissão de Finanças e Fiscalização, o presidente será o deputado Luiz Eduardo (PL) e o vice-presidente, Coronel Azevedo (PL). O colegiado se reunirá às quartas-feiras, às 10h. Segundo Azevedo, o grupo terá papel estratégico neste ano. “É o coração da gestão pública, que trata do orçamento e da gestão financeira do Estado”, afirmou, ao destacar que a comissão irá analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Outros colegiados também

tiveram a composição definida. A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Social e Econômico, Meio Ambiente e Turismo será presidida pela deputada Isolda Dantas (PT), tendo o deputado Hermano Moraes (PV) como vice-presidente. As reuniões ocorrerão às quintas-feiras, às 9h.

Já a Comissão de Saúde será presidida pelo deputado Dr. Kerginaldo (PL), com a deputada Terezinha Maia (PL) na vice-presidência. O colegiado terá reuniões às terças-feiras.

Primeiras matérias analisadas

Mesmo nas primeiras reuniões do ano, algumas comissões

já iniciaram a análise de projetos. Na CCJ, foram aprovadas propostas relacionadas a cultura, saúde, educação e reconhecimento institucional.

Entre as matérias aprovadas estão projetos que reconhecem como patrimônio cultural do Estado a Igreja de São Severino Mártir, em Timbaúba dos Batistas, o Instituto Potiguar de Cultura e Cidadania e a Banda Detroit, de Natal. Também foi aprovada a inclusão da Mostra Cultural Raízes, realizada em Janduís, no calendário oficial do Estado.

Outras propostas aprovadas pelo colegiado tratam da criação de programas estaduais nas áreas de saúde e educação preventiva, reconhecimento de eventos culturais e concessão de títulos honoríficos de cidadão norte-rio-grandense.

Com a aprovação na comissão, os projetos seguem agora para tramitação nas

“
Contamos com o compromisso de todos os deputados que estão aqui no que se refere à assiduidade, seriedade e compromisso desta comissão que resulta em mais celeridade na tramitação dos projetos que aqui chegam”

Ubaldo Fernandes
 Deputado estadual

demais comissões temáticas ou para votação em plenário, conforme o regimento da Assembleia Legislativa.

Legislativo viabiliza pós-graduação para agentes de segurança pública

Especialização em Gestão em Segurança Pública reúne policiais e gestores para formação

A qualificação de servidores públicos e da sociedade potiguar é a principal diretriz da Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Fortalecendo a cooperação com o Poder Público e buscando aperfeiçoar os serviços oferecidos à população, a EALRN iniciou mais uma turma de pós-graduação em Gestão em Segurança Pública. A nova turma de capacitação, que começou no fim de fevereiro deste ano, tem 44 alunos e vai beneficiar diversos setores da Segurança Pública no estado.

A aula inaugural ocorreu no dia 23 de fevereiro, no Palácio José Augusto, reunindo autoridades civis e militares, que comemoraram a iniciativa do Poder Legislativo em contribuir com a formação dos policiais do Rio Grande do Norte. Ao todo, já foram 156 os capacitados no curso de pós-graduação de Gestão em Segurança Pública, que desenvolveram estudos sobre o combate a organizações criminosas, elaboração de planos operacionais, formas alternativas de policiamento, ações de videomonitoramento e outros temas que foram tema das turmas anteriores.

Na aula inaugural, o subcomandante-geral da PMRN, coronel Mendonça, fez uma explanação sobre a “Liderança que Transforma: Pessoas, Decisões e Propósitos”, destacando



Nova turma da especialização em Gestão em Segurança Pública é promovida pela Escola da Assembleia do RN

do a importância da liderança estratégica e da gestão qualificada para a atuação das instituições responsáveis pela proteção da sociedade. Para o diretor da Escola da Assembleia, José Bezerra Marinho, ressaltou o Legislativo tem tido um papel importante na formação de servidores públicos e no fortalecimento das políticas públicas voltadas à segurança.

“Desde que acompanho, há aproximadamente 12 anos, observo que a Polícia Militar do Rio Grande do Norte vem desenvolvendo um crescimento na formação de seus quadros que atinge os melhores patamares do Brasil. E cada vez que abrimos um curso desse, contribuimos de forma decisiva para uma sociedade mais justa, mais solidária e mais segura”, avaliou o diretor da Escola da Assembleia Legislativa.

Para o comandante-geral



Autoridades participaram da abertura da especialização promovida pela Escola

da Polícia Militar do RN, coronel Alarico Azevedo, a especialização representa um passo estratégico para o aperfeiçoamento da segurança no

estado. “Este momento simboliza não apenas o início de uma jornada acadêmica, mas a reafirmação do compromisso institucional com a exce-

lência e a liderança. O curso tem como propósito capacitar agentes e gestores de segurança pública para o planejamento e enfrentamento dos desafios contemporâneos”, afirmou, destacando a integração entre as forças de segurança.

A iniciativa integra uma política institucional da Assembleia Legislativa de incentivo à qualificação profissional, entendendo que o investimento em conhecimento é fundamental para aprimorar a gestão pública e fortalecer as estratégias de prevenção e combate à criminalidade.

O superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no RN, Péricles Santos, tam-

“

Temos que cuidar primordialmente dos quadros dos servidores da Casa, mas a Assembleia não está em um deserto. Está inserida em uma sociedade que precisa ser também ouvida e atendida. E um dos instrumentos decisivos nessa sociedade é ter uma Polícia qualificada”

José Bezerra Marinho
Diretor da Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

bém destacou a relevância da iniciativa. “A PRF se sente muito honrada com o convite para participar da abertura. Um curso de especialização em gestão de segurança pública é uma carência na força de segurança do Rio Grande do Norte, e a gente só parabeniza a Assembleia Legislativa por essa iniciativa”, declarou.

A oferta dos cursos para a sociedade e outras instituições é uma orientação do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB). Segundo José Bezerra Marinho, a determinação é contribuir para o crescimento da sociedade como um todo, oferecendo qualificação de qualidade.

“O presidente Ezequiel Ferreira nos orienta que temos que cuidar primordialmente dos quadros dos servidores da Casa, mas a Assembleia não está em um deserto. Está inserida em uma sociedade que precisa ser também ouvida e atendida. E um dos instrumentos decisivos nessa sociedade é ter uma Polícia qualificada”, explicou o diretor da EALRN.

O diretor administrativo e financeiro da ALRN, Pedro Cascudo, corroborou com as palavras do diretor da escola, explicando que a oferta da pós-graduação reafirma o compromisso do Parlamento potiguar com a valorização dos profissionais que atuam diretamente na proteção da sociedade. Segundo ele, o investimento em qualificação faz parte de uma estratégia institucional que busca fortalecer a capacidade de gestão e tomada de decisão no setor de segurança pública.

Com mais de duas décadas de atuação, a Escola da Assembleia se consolidou como referência nacional na formação e qualificação de agentes públicos. Pioneira entre as escolas legislativas do país, a instituição já formou 156 profissionais em cursos de Gestão da Segurança Pública e busca reforçar a rede de profissionais preparados para contribuir com políticas públicas mais eficientes e uma sociedade mais segura.



Especialização reúne 44 alunos e já capacitou 156 profissionais das forças de segurança no Rio Grande do Norte

Escola da Assembleia amplia oferta de cursos e reforça compromisso com a sociedade

O ano de 2026 será de muito trabalho e capacitação na Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Para este ano, a instituição preparou um amplo conjunto de ações educacionais voltadas à qualificação de servidores públicos e à formação cidadã da população potiguar. O planejamento integra o Plano Anual de Capacitação (PAC) da instituição, que reúne cursos presenciais, a distância, especializações e atividades de extensão.

Reforçando o compromisso da Assembleia Legislativa com o fortalecimento da administração pública e a melhoria dos serviços prestados à sociedade, a EALRN investe na oferta de mais de 80 cursos, de durações variadas, para a formação contínua de servidores e na disseminação do conhecimento. O foco do Legislativo estadual é estimular práticas mais eficientes, inovadoras e alinhadas às demandas contemporâneas da gestão pública.

Entre as ações previstas estão cursos de curta duração nas áreas



José Bezerra Marinho, diretor da Escola da Assembleia, na abertura da pós

as de direito e finanças públicas, tecnologia e inclusão digital, desenvolvimento pessoal e organizacional, gestão e planejamento estratégico e comunicação institucional. A proposta é oferecer ferramentas que contribuam para o aprimoramento técnico e para o desenvolvimento de competências essenciais no serviço público.

Entre os cursos programados estão Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, Gestão de Redes Sociais para Assessoria Parlamentar, Gestão de Tempo e Produtividade no Serviço Público, Segurança Psicológica e Inteligência Emocional para Gestores e Equipes, Elaboração e Gestão de Projetos, Gestão Estratégica de Crises e Con-

flitos, Planejamento Estratégico e Gestão de Resultados, Gestão Documental e Processos Administrativos, Liderança e Gestão de Equipes e Accountability e Gestão Pública: uma abordagem prática, além de oficinas voltadas à produção legislativa e à comunicação política.

A Escola da Assembleia também manterá a oferta de cursos em Educação a Distância (EaD), em parceria com instituições como o Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, ampliando o acesso à capacitação em temas como transparência pública, estratégia e planejamento, educação legislativa e gestão governamental.

Outro destaque do planeja-

mento é a continuidade da oferta de cursos de pós-graduação. Entre as especializações previstas estão Gestão e Estratégias em Segurança Pública, realizada em parceria com instituições da área de segurança, Direito Eleitoral e Gestão Pública, voltadas à formação de gestores e profissionais que atuam diretamente na formulação e execução de políticas públicas.

Além das atividades acadêmicas, a Escola da Assembleia mantém iniciativas de pesquisa e produção científica, incentivando a publicação de trabalhos acadêmicos e a consolidação de um repositório institucional com os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvidos pelos alunos das especializações.

Integra RN leva capacitação ao interior do Estado

Uma das principais ações de extensão da Escola da Assembleia é o Integra RN, programa que leva cursos de capacitação a câmaras municipais e gestores públicos do interior do estado. A iniciativa tem como objetivo fortalecer o legislativo municipal, ampliar o acesso à formação técnica e promover a melhoria da gestão pública nos municípios.

Para este ano, o programa deverá percorrer novamente diversas regiões do estado com cursos voltados a parlamentares, servidores e equipes administrativas das casas legislativas.

Entre os cursos previstos estão Gestão de Processos Legislativos, Gestão de Gabinete Parlamentar, Orçamento Público, Liderança e Gestão de Equipes e Gestão de Comunicação Pública, conteúdos voltados ao aprimoramento da atividade parlamentar e à modernização da administração legislativa municipal. Além disso, também haverá cursos de oratória, redes sociais e outros aperfeiçoamentos para os profissionais que atuam no interior potiguar.

O cronograma completo dos cursos e espaço para inscrições podem ser acessados no site da Escola da Assembleia e também pelo aplicativo da instituição.

ALRN aprova regras para eleição indireta ao governo em caso de dupla vacância

Projetos definem prazo de até 30 dias para votação e posse e estabelecem votação aberta no plenário



Sessão plenária da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte em que os deputados analisaram os projetos que estabelecem os procedimentos para eleição indireta no Executivo estadual

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) aprovou projetos que regulamentam a realização de eleição indireta para os cargos de governador e vice-governador em caso de dupla vacância a partir do terceiro ano de mandato.

As propostas foram apresentadas pela Mesa Diretora da Casa, presidida pelo deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), e lidas em plenário na primeira semana de fevereiro. A tramitação ocorre diante da possibilidade de renúncia da governadora Fátima Bezerra (PT) e do vice-governador Walter Alves (MDB), hipótese que exigiria a escolha de um governador e vice para um mandato tampão até o fim do período governamental.

Os deputados aprovaram duas matérias com funções complementares: um Projeto de Lei (PL) e um Projeto de Resolução.

O Projeto de Lei estabelece as normas gerais da eleição indireta, determina prazo de até 30 dias para a realização da votação e posse dos novos gestores e define que o processo será realizado por votação aberta e nominal no plenário da Assembleia.

Pelo texto aprovado, será eleito o candidato que obtiver maioria absoluta dos votos no primeiro escrutínio ou maioria simples no segundo. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato a governador mais idoso.

Já o Projeto de Resolução disciplina o rito interno da Assembleia Legislativa para a realização do processo eleitoral. A proposta recebeu emenda do deputado Coronel Azevedo (PL), estabelecendo também o critério de idade como desempate.

O parecer oral sobre a matéria foi apresentado em plenário pelo deputado Taveira Júnior (PL), relator do projeto.

A resolução detalha etapas administrativas como publicação do edital de convocação, inscrição das chapas e análise das candidaturas, além dos procedimentos



Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira, conduziu a tramitação das matérias apresentadas pela Mesa Diretora

de votação.

O texto também prevê que, em caso de vacância simultânea dos cargos de governador e vice-governador, será convocada imediatamente uma autoridade da linha sucessória para assumir interinamente o

Executivo estadual até a eleição indireta, evitando descontinuidade administrativa.

Após a votação, a posse dos eleitos deverá ocorrer no mesmo dia da proclamação do resultado.

Segundo a justificativa

apresentada pela Mesa Diretora, as propostas não criam uma nova hipótese de eleição, mas regulamentam um procedimento já previsto na Constituição Estadual para situações excepcionais.

De acordo com o docu-

mento, a regulamentação busca assegurar segurança jurídica, continuidade administrativa e estabilidade institucional caso ocorra a vacância simultânea dos cargos de governador e vice-governador.

Casa do Padre João Maria terá centro cultural sob gestão da Assembleia

Imóvel histórico da Cidade Alta será transformado em Centro de Convivência Cultural e integra estratégia de revitalização conduzida pela Assembleia Legislativa

No coração da Cidade Alta, onde as ruas ainda guardam marcas do período colonial e da formação urbana de Natal, um dos imóveis mais antigos da capital potiguar ganha nova destinação. A Casa do Padre João Maria, construção do século XVII localizada na Rua da Conceição, passará a funcionar como Centro de Convivência Cultural sob gestão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

A cessão do prédio foi formalizada por meio de termo assinado entre a Assembleia e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), transferindo ao Legislativo a administração e a responsabilidade pela preservação do imóvel, tombado como patrimônio histórico desde 1987. A iniciativa marca mais um passo na estratégia institucional de ocupação e recuperação de prédios históricos no Centro de Natal.

Construída originalmente como Armazém Real da Capitania do Rio Grande, a casa foi posteriormente adaptada para residência e atravessou diferentes períodos da história da cidade. A edificação é uma das poucas remanescentes do século XVII erguidas em alvenaria de pedra e cal na capital po-



Iniciativa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte amplia ações de preservação da memória e de valorização cultural no Centro da capital potiguar

tiguar e conserva uma fachada colonial que remonta ao final do século XIX.

Entre os moradores que passaram pelo local, o mais conhecido é o Padre João Maria, figura de grande devoção popular no Rio Grande do Norte. Ele viveu na casa entre 1881 e 1905 e se tornou personagem central da religiosidade católica potiguar, sendo considerado santo por muitos fiéis.

Com a nova destinação, o prédio deixa de ser apenas um patrimônio preservado formalmente e passa a integrar a vida cultural da cidade. O projeto prevê a criação de um Centro de Convivência Cultural com programação permanente, realização de eventos institucionais e ativi-



Ezequiel Ferreira participou da formalização da parceria para gestão cultural

dades abertas à população.

Para o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB), a iniciativa reforça o papel do Legislati-

vo na preservação da memória potiguar e na valorização do Centro Histórico de Natal. “Esse patrimônio é do povo, protegido pela história e ago-

ra está sob os cuidados da Assembleia Legislativa, que deve preservá-lo e dar a ele uma função viva, cultural e social”, afirmou.

“
Esse patrimônio é do povo, protegido pela história e agora está sob os cuidados da Assembleia Legislativa, que deve preservá-lo e dar a ele uma função viva, cultural e social”

Ezequiel Ferreira
Presidente da ALRN

A parceria institucional também foi destacada recentemente pelo presidente nacional do Iphan, Leandro Grass, que ressaltou o potencial cultural da iniciativa. Segundo ele, a cooperação entre os órgãos permite ampliar o uso público do espaço e fortalecer sua programação cultural. “A parceria do Iphan com a Assembleia permite que essa casa possa ser melhor gerida, cuidada e, principalmente, tenha uma programação mais intensa do ponto de vista cultural”, disse.

O superintendente do Iphan no Rio Grande do Norte, João Gentil, apontou que a cessão representa um avanço no enfrentamento ao abandono de imóveis históricos na área central da capital. “Essa parceria vem fortalecer o combate ao abandono de prédios históricos no Centro de Natal. É um trabalho inédito que a Assembleia Legislativa vem realizando. Com essa cessão, temos certeza de que esse patrimônio será muito bem cuidado e estará à disposição da cultura e da história do povo potiguar”, declarou.

A proposta é que o espaço funcione como ponto de convivência e de difusão cultural, integrando atividades voltadas à valorização da memória local, ações educativas e iniciativas que ampliem o acesso da população ao patrimônio histórico.

Revitalização da Cidade Alta

A implantação do Centro de Convivência Cultural na Casa do Padre João Maria faz parte de um conjunto de investimentos da Assembleia Legislativa do RN voltados à preservação arquitetônica e à revitalização do Centro Histórico de Natal. Nos últimos anos, o Legislativo estadual tem ampliado sua presença na região da Cidade Alta por meio da aquisição, recuperação e ocupação de imóveis históricos destinados a atividades institucionais e culturais.

Um dos exemplos mais



Conjunto de prédios históricos do Centro de Natal que passam a receber investimentos de preservação e uso cultural pela Assembleia Legislativa do RN

emblemáticos desse trabalho é o Memorial do Legislativo Potiguar, instalado no casarão que pertenceu ao ex-governador Augusto Tavares de Lyra. O imóvel foi restaurado e transformado em espaço de memória, reunindo documentos, exposições e registros da história política do Rio Grande do Norte.

Além do memorial, a Assembleia também adquiriu imóveis ao longo da Rua Vigarário Bartolomeu, ampliando a estrutura administrativa da Casa. Parte desses espaços vai abrigar setores como a Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação e a sede da Rádio e da TV Assembleia.

Na Avenida Câmara Cascudo, outro conjunto de imóveis também integra o plano de reestruturação. No local será construído um anexo institucional, enquanto um sobrado antigo será restaurado. Os prédios ficam nos fundos do Memorial do Legislativo e formarão um complexo integrado de serviços administrativos e atendimento ao público.

De acordo com o diretor administrativo e financeiro da Assembleia Legislativa, Pedro Cascudo, as iniciativas têm múltiplos objetivos, que incluem a melhoria dos serviços



Representantes do Iphan destacam a importância da parceria e das ações de preservação e ocupação cultural

prestados à população, a redução de despesas com aluguel de imóveis e a preservação do patrimônio arquitetônico da cidade. Segundo ele, a presença institucional no Centro Histórico também contribui para manter a circulação de pessoas e estimular a ocupação urbana da área.


Outro espaço cultural que ficará sob gestão da Assembleia é o Museu Café Filho, co-

nhecido como “Sobradinho” e dedicado à memória do potiguar que chegou à Presidência da República. O conjunto dessas ações forma uma estratégia de ocupação institucional que busca preservar a arquitetura histórica da região e, ao mesmo tempo, estimular o uso público desses espaços.

Curiosidade

Alvenaria de pedra e cal é

uma técnica construtiva tradicional e sustentável, utilizando pedras naturais assentadas com argamassa de cal (e areia) para criar estruturas duráveis, flexíveis e respiráveis. Comumente usada em muros e fundações, essa alvenaria de alto desempenho, comum em construções históricas, oferece vantagens como resistência, estética rústica e menor manutenção a longo prazo.



SEJA O APOIO QUE SEUS FILHOS PRECISAM.

A adolescência é um período de inseguranças e muitos desafios. Afinal, essa é uma nova fase, que marca a transição da infância para a vida adulta, com transformações físicas, psicológicas e sociais. É comum para o jovem sentir-se vulnerável ou fragilizado e até mesmo agir por impulso. Por isso, pais ou responsáveis, estejam atentos à vida dos seus filhos. E, sobretudo, sejam o suporte que eles precisam. Busquem o diálogo com interesse genuíno, sem interromper ou tentar impor a própria opinião. Conheçam e se adaptem ao que acontece no mundo digital, sendo flexíveis ao impor limites. E se necessário, ofereçam ajuda psicológica. Com apoio e diálogo, é possível seguir em frente.



Conheça
aqui a
campanha.

Acesse @assembleiarn

**ADO
LES
CÊN
CIA**

**ACOMPANHE,
COMPREENDA,
ACOLHA.**



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa